

MOÇÃO

REJEITAR A PRIVATIZAÇÃO DA ANA – AEROPORTOS DE PORTUGAL E DO AEROPORTO DO PORTO

Considerando que:

1) O Estado Português criou a ANA em 1979, atribuindo-lhe as responsabilidades das infra-estruturas aeroportuárias, controlo de tráfego aéreo, áreas de enorme interesse público e associadas à segurança e soberania do País. Desde então a ANA tem revelado ser, não só um instrumento adequado para o serviço público de apoio à aviação civil, como a mais importante fonte de receitas para o Estado neste sector;

2) Desde a sua fundação, a ANA alcançou um excelente desempenho com resultados crescentemente positivos. Só na década de 90, realizou um volume global de investimentos de mais de 88 milhões de contos e obteve mais de 45 milhões de contos de resultados líquidos positivos, com um volume de negócios que ultrapassava, à data, os 50 milhões de contos por ano. Em 2005 processou, no conjunto dos sete aeroportos que são da sua responsabilidade, cerca de 20,3 milhões de passageiros e 221.894 aeronaves e atingiu resultados de 32,4 milhões de euros e um volume de investimentos de 124,4 milhões de euros. Entretanto tem-se consolidado uma tendência de crescimento sustentado;

3) A ANA dá lucros de muitos milhões e o encaixe conjuntural com a privatização terá como contrapartida uma redução de receitas e um aumento de despesas no futuro – como aconteceu com a privatização de outras empresas estratégicas de que são exemplo a EDP e a GALP, colocando o país a pagar rendas ao exterior por uma rede de infraestruturas nacional, a troco de um encaixe conjuntural feito para pagar juros à banca;

4) A privatização da ANA põe em risco a viabilidade de todo o sector aéreo nacional e contribui para a concentração monopolista do sector à escala europeia, num processo que, sendo favorável às grandes potências da União Europeia degradaria ainda mais a soberania do país. Esta privatização representará uma intensificação do processo em curso de exploração dos trabalhadores do sector aéreo, com a pressão para a maximização dos lucros, a promoção da precariedade, da subcontratação, da desregulamentação e alargamento dos horários, a redução salarial e o ataque à contratação colectiva.

5) A gestão pública integrada da Rede Nacional de Aeroportos foi decisiva para a sua expansão e modernização. A sua entrega aos grupos económicos colocará em risco os Aeroportos que o capital considerar "não rentáveis", independentemente do papel económico e social que desempenham para regiões inteiras do nosso país, colocando mesmo em causa a coesão do território nacional.

6) No quadro da gestão pública e centralizada a rede aeroportuária do país, o Aeroporto do Porto beneficiou recentemente de investimentos no valor de 400 milhões de euros, que resultaram na sua modernização, no reforço da sua capacidade de tráfego e na melhoria da qualidade do serviço prestado. Por exemplo, este aeroporto, de acordo com o relatório trimestral sobre a Actividade dos Transportes do Instituto Nacional de Estatística, entre Outubro e Dezembro de 2009, viu o seu movimento de passageiros aumentar 11,4%, e continuou sempre a crescer. A realidade demonstra que deste investimento público resultou que o Aeroporto do Porto é considerado, entre os da sua dimensão, um dos melhores do mundo.

7) A possibilidade da privatização isolada do Aeroporto do Porto não representa uma alternativa à proposta do actual governo de privatização integral da ANA. Objectivamente, a privatização do Aeroporto do Porto, seja de que forma for, corresponderá sempre a uma decisão profundamente negativa para a região do Porto e para o país. Considerar que a entrega do Aeroporto do Porto ao grande capital colocaria a gestão deste equipamento ao serviço da região do Porto é completamente falso, facto que é confirmado por experiências deste género noutros países europeus.

Em defesa dos interesses da região do Porto e do país a Assembleia Municipal do Porto, reunida em 10 de Setembro de 2012, delibera:

- Manifestar a sua oposição a qualquer perspectiva de privatização integral ou parcial da ANA – Aeroportos de Portugal, na medida em que se trata de uma empresa estratégica para o país e com resultados económicos crescentemente positivos quer no Porto quer em termos nacionais;
- Enviar cópia desta Moção ao Senhor Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República e à Junta e Assembleia Metropolitana do Porto

Porto, 10 de Setembro de 2012

O Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária